



## Procuradoria Geral

### Orientação Jurídica nº 37/2018 - A

**Referência:** Projeto de Lei nº 19/2018, ref **Emenda modificativa nº 06/2018**

**Autoria:** Executivo Municipal

**Ementa:** Institui a política municipal de proteção aos animais, disciplina infrações; obrigatoriedade de identificação eletrônica, controle de natalidade, e dá outras providências.

### I – RELATÓRIO

Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica desta Casa, para emissão de Orientação Jurídica, o Projeto de Lei nº 019/2018, de autoria do Executivo Municipal, protocolado em 18/05/2018, a **emenda modificativa proposta pelos Vereadores Dr. Ubiratã, Luia Barbacovi, Rafael Ronsoni, Rosi Ecker Schmitt, Volvei da Saúde e Manu Calieri, protocolada em 12/07/2018**, que institui a política municipal de proteção aos animais.

Na Justificativa os nobres vereadores informam ter a emenda sido motivada pelas sugestões apresentadas na audiência pública, realizada por esta Casa legislativa para debater o presente PL.

É o breve relato dos fatos.

Atendidos os requisitos regimentais, está a proposição ora referida, em condições de análise.

É o que basta a relatar. Passa-se a fundamentar:



## II – DA ANÁLISE JURÍDICA

### 2.1 Da Técnica Legislativa adequada

A uniformidade que requer o ordenamento jurídico não permite, no que concerne à forma, a plena liberdade ao legislador para alterar as leis. Assim, sempre que for deflagrado o processo legislativo, deve-se manter certo padrão, não sendo admitida a criação de estrutura destoante ou símbolos gráficos diversos daqueles comumente utilizados no processo de elaboração dos atos normativos, conforme a lei Complementar nº 95/1998 orienta.

Neste quesito, observamos que a emenda apresentada está estruturada em artigos, incisos e parágrafos, apresentando pequenas falhas, como o art. 34, que está citado “34º”, que sugerimos seja ajustado na redação final. Também observamos que a emenda deveria se dirigir aos artigos do PL e não aos artigos da lei original, como constou.

### 2.2 Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre a política municipal de proteção aos animais e disciplina infrações sobre a matéria, ampliando lei já vigente no município. A Lei Orgânica estabelece que compete ao Município, no exercício de sua autonomia, a teor do inciso I, V e XXIV, a saber:

*"Art. 6º Compete ao Município no exercício de sua autonomia:*

*I – organizar-se administrativamente, observadas as legislações federal e estadual;*  
(...)

*V - Conceder e permitir os serviços públicos locais e o que sejam concernentes;*  
(...)

*XXIV – legislar sobre assuntos de interesse local;*

Quanto à competência, a Lei orgânica ainda estabelece:

*"Art. 8º Compete, ainda, ao Município, concorrentemente com a União ou Estado, ou supletivamente a eles:*

(...)

*II – zelar pela saúde, higiene, segurança e assistência pública; (...)*



*V – promover a defesa sanitária vegetal e animal, e o combate a insetos e animais daninhos;*

Pelo exposto, o presente PL encontra-se em conformidade com as normas legais vigentes, por ser de competência comum no Município a iniciativa para legislar sobre assuntos de interesse local, como a política de proteção aos animais. Assim, seguindo orientação dos Tribunais Superiores, entendemos possível ao Poder Legislativo instituir a presente propositura, **NÃO** se registrando, desta forma, vício de origem na mesma, nos termos do art. 6º, XXIV art. e 35, I, da Lei Orgânica Municipal.

Há de se considerar ainda que a normatização apresentada não está presente nas vedações impostas pelo art. 61, § 1º, da CF, cuja competência é privativa do Chefe do Poder Executivo, de sorte que, **por exclusão**, o presente PL encontra-se em conformidade com as normas legais vigentes, podendo ser proposto por iniciativa de vereador. Assim, **NÃO** se identifica vício de origem na presente propositura.

Nesse sentido, observamos a jurisprudência do STF, senão vejamos:

*REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 878.911 RIO DE JANEIRO RELATOR: MIN. GILMAR MENDES*

*Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. **Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido. Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reputou constitucional a questão. O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. No mérito, por maioria, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestaram os Ministros Celso de Mello e Rosa Weber. (GRIFEI)*



## 2.3 Da constitucionalidade e legalidade

(...)

Portanto, ampla é a legislação em todos os entes federados no que se refere a política de proteção aos animais.

O tema já está regulamentado no âmbito municipal desde 2011, através da lei Municipal nº 2920/2011, que através do presente PL recebe ajustes, no sentido de implementar ações que ampliem a fiscalização através do setor de Vigilância sanitária, na defesa dos direitos e na saúde dos animais e na posse responsável exercida pelos munícipes.

Nesse sentido, é o Município que executa os serviços e que conhece a realidade do setor e das demandas correspondentes, sendo o ente competente para a definição das políticas públicas de proteção aos animais, bem como a regulamentação sobre a posse responsável dos animais, controles sanitários, situação de apreensão e destinação de animais, entre outros, como também as penalidades, agora mais severas, objetivando melhor eficiência na execução das políticas públicas de fiscalização, controle e qualidade de vida aos animais residentes em nosso município.

Entretanto, ainda que o Executivo tenha realizado diversos ajustes no texto original da lei, através do presente PL, a audiência pública observou ainda alguns pontos a serem melhorados no texto, como o inciso IV, do art. 4º, que troca a palavra “de forma eletiva” para “de forma opcional”; no art. 15 tornam a chipagem como medida a ser buscada, sempre que possível, porém não mais “obrigatoriamente”; no art. 16, § 1º, esclarecem o que são protetores de animais independentes, expressão antes incompreendida no texto; no art. 34 retiram a palavra “ainda” do texto, que aparecia duas vezes, dando redundância na escrita; e, por fim, suprimem o art. 48, vez que a limitação para manutenção de cães e gatos nas zonas urbanas já foi retirada do Código de Posturas do Município, justamente em razão de que é necessário avaliar o tamanho do imóvel e as condições de alojamento de cada local, não sendo adequado estabelecer o limitador, como regra, que pode ser pouco



representativo em alguns ambientes e inadequado em outros.

Desta forma, a emenda apresentada pelos vereadores não interfere na essência dos termos apresentados pelo Executivo Municipal, apenas recepcionando as sugestões trazidas pelos munícipes presentes na audiência pública, permitindo melhorias e complementação à normatização já proposta pelo Executivo, como medida de complementação para que o texto final atenda, da melhor forma, aos interesses de toda coletividade.

### III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, no aspecto jurídico, em observância aos princípios constitucionais vigentes, conclui-se que a emenda apresentada no PLO 19/2018 atende as normas legais impostas, estando presentes a legalidade e a constitucionalidade.

Desta forma, esta Procuradoria exara **Parecer jurídico favorável** à sua tramitação.

Destarte, encaminha-se a Comissão de Legislação e Redação Final, bem como a Comissão de Infraestrutura, Turismo, Desenvolvimento e Bem Estar social para posterior deliberação, e aos nobres *edis* para análise de mérito, em Plenário, no que couber.

É a orientação que submeto à consideração.

Gramado, 13 de julho de 2018.

Sônia Regina Sperb Molon  
Procuradora Geral  
OAB/RS 68.402

